



GT17 - Filosofia da Educação – Trabalho 835

CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA DEWEYANA DE EDUCAÇÃO

Leoni Maria Padilha Henning – UEL

Resumo

O presente texto trata das ideias de John Dewey sobre educação na sociedade democrática, seus traços distintivos em relação a outros modelos de sociedade. Isso porque, para ele, a educação varia em razão da qualidade dominante presente em determinado grupo. Entendendo democracia de modo ampliado, isto é, como modo de vida e não simplesmente como forma de governo, o autor estabelece algumas características próprias de uma sociedade democrática na qual possa corresponder uma educação de igual qualidade. Dewey sistematicamente faz crítica às proposições liberais galgadas no acúmulo de capital, na riqueza e na, conseqüente, exploração humana. Para ele, a democracia é simplesmente um projeto a ser testado continuamente, denotando o empenho educativo de todos para a sua realização, através da observação das conseqüências das ideias nela envolvidas. Seu conteúdo é moral, pois se pauta na fé e na inteligência humana para a construção e revisão permanente da vida associativa e amplamente compartilhada.

Palavras-chave: Educação. Democracia. Dewey

Introdução – Estabelecendo relação do tema norteador da 38ª Reunião da ANPED e as comemorações do Centenário da publicação do livro *Democracia e Educação* de John Dewey em 2016, o presente texto busca extrair da lavra do filósofo norte-americano as suas principais ideias para a construção de uma sociedade democrática em cujo arcabouço teórico ressalta o papel da educação para tal realização. Vale destacar que a obra supracitada foi usada extensivamente pelos professores de Filosofia da Educação não só no país de origem do autor, mas no Brasil e em muitos outros países, tendo sido considerado quase um manual da disciplina a ser seguido. Apesar de esse reconhecimento ter gradativamente entrado em declínio – mas, jamais em esquecimento - na ocasião das comemorações do seu Centenário, a obra passa a ganhar relevo nas discussões filosófico-educacionais tendo sido revisitada ultimamente por muitos teóricos contemporâneos e profissionais da área. Gostaria de mencionar que em nossa instituição temos um projeto de pesquisa em andamento que justamente se centraliza no estudo da referida obra.

Assim como Dewey esforçou-se para compreender a sociedade de sua época com os recursos teóricos que elaborou em suas reflexões, esta autora empreenderá esforços para trazer as ideias deweyanas à luz do momento presente e, no uso dessas ferramentas, tecer algumas aproximações e distanciamentos em relação aos seus ideais. Dentre os vinte e seis capítulos constituintes da obra, será dada especial atenção àquele que inspirou a proposta do presente trabalho, a saber, capítulo VII - “A concepção democrática da educação”, o que não impedirá a utilização das outras partes do livro, quando necessário, como também, de outras obras do autor e outras referências úteis para a compreensão dos conceitos.

As ideias de Dewey sobre educação democrática – É muito referenciado por estudiosos o conteúdo de afirmações do autor como o que se segue: “Uma democracia é mais do que uma forma de governo; é, primordialmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (DEWEY, 1952, 126), isto é, “Democracia precisa começar no lar, e o seu lar é a vizinhança que compõe a comunidade” (DEWEY, 1963, 160, tradução nossa). Ainda, “[...] a educação é uma função social que assegura a direção e o desenvolvimento dos imaturos, por meio de sua participação na vida da comunidade a que pertencem [...]” (DEWEY, 1952, p. 119), devendo a educação promover tal inserção garantindo que assim eles encontrem os caminhos para a sua efetiva participação e realização de sua felicidade. Em referência à felicidade buscada pelos ideais de uma formação verdadeiramente democrática, Dewey assinala:

O direito de buscar a felicidade, defendido por Jefferson, era nada mais do que a reivindicação de todo o ser humano para escolher sua própria carreira e agir por sua própria escolha e julgamento, livre de restrições e constrangimentos impostos pela vontade arbitrária de outros seres humanos (DEWEY, 1963, p. 161, tradução nossa).

Se compreendermos, com Dewey, que a finalidade da vida associada é ampliar, enriquecer e promover experiências mais significativas, ao invés de dificultá-las, percebemos que esse atributo (da forma como colocamos acima) não foi clara e naturalmente estabelecido pelas sociedades humanas cujas preocupações não se constituíram em motivo originário das associações, sendo este mais restrito e prático nas sociedades primitivas. À medida que as sociedades se modernizaram, percebeu-se o

efeito educativo dos adultos sobre os jovens e a possibilidade de se obter resultados tangíveis nessa relação. Para o autor, “Desde que, em relação a eles [os jovens], nosso fim primacial é habilitá-los a participar da vida em comum, não podemos deixar de examinar se estamos ou não criando as aptidões que garantirão esse resultado” (DEWEY, 1952, p. 26, grifos e acréscimos nossos).

Em se tratando da estruturação democrática, a educação ganha destaque uma vez que, pela comunicação se estimula a participação de todos na experiência comum, favorecendo a aquisição das disposições próprias ao modo de vida associado, ou seja, “Contribuindo com sua parte na atividade associada, o individuo adota os fins que a estimulam, familiariza-se com seus métodos e materiais, adquire a necessária habilidade e impregna-se de seu modo de sentir” (DEWEY, 1952, p. 46). Contudo, o autor adverte: “[...] a educação variará de acordo com a qualidade da vida que predominar no grupo” (DEWEY, 1952, p. 119). Como garantir então o estabelecimento dos requisitos necessários a uma educação verdadeiramente democrática? Quais os traços indispensáveis nas ações educativas que denotam o ideal democrático?

É amplamente conhecida a luta do autor diante da escola tradicional entendida por ele como entrave à modernização e à democracia, sugerindo em contrapartida o que é conhecida como “educação progressiva”. Sabe-se também que o “progressivismo” foi introduzido no Brasil por intelectuais ansiosos em colocar o Brasil nesse caminho, pois entendiam que a “velha escola” aprofundava a desigualdade por ser elitista, dual e geradora de exclusão, nefasta aos novos olhares, mas, favorável às políticas discriminatórias próprias da produção consoante à estrutura socioeconômico-política da época. Anísio Teixeira, um dos empolgados líderes do novo movimento, assim se expressa:

Tudo mudou com a cultura econômica e científica de nossos dias. A vida já não é governada pelos velhos índices de intelectualidade herdados da Idade Média, quando apenas se cogitava de preparar os poucos privilegiados que chegavam até a escola para as delícias de consumir e apreciar a vida literariamente. Hoje, todos têm de produzir. Técnicas científicas e técnicas industriais sobrepuseram-se aos encantamentos da vida do espírito (TEIXEIRA, 2007, p. 46-47).

Não obstante podemos bem compreender o novo movimento produzido num Brasil com mentalidade ainda muito colonialista e retrógrada, em comparação com nações mais desenvolvidas – considerando as primeiras décadas do século XX (época

de grande efervescência nos discursos dos escolanovistas) - observamos no presente, resultados significativos de avanços alcançados, mas a exigência, no presente, de revisão daquelas reivindicações. Por exemplo, houve o crescente redirecionamento do conteúdo escolar mais voltado para uma preparação mais científica, técnica e profissional. O que é muito importante para uma nação que quer acompanhar os avanços contemporâneos! Contudo, percebemos que o problema do dualismo entre a formação cultural, teórica, literária ou humanística, de um lado, e formação técnica, prática, profissional e científica, de outro, - diante do qual Dewey se debruçou, buscando soluções com suas propostas – ainda permanece, causando prejuízos impensados à formação da nossa gente, requerendo na atualidade, um outro movimento em favor agora da necessária formação humanística para contrabalançar a que tem merecido maior atenção pelas nossas políticas e iniciativas governamentais. Os tempos são outros, os conceitos são enriquecidos pelas experiências acumuladas, mas o “ideal democrático”¹ “ainda” se projeta no horizonte das nossas realizações mais sonhadas e caras.

Com efeito, a educação propriamente escolar ganha relevo no pensamento de Dewey, pois, como dito, o meio social, próprio das sociedades modernas, se complexificou requerendo um ambiente especializado em que se garanta a ampliação e o aperfeiçoamento das experiências dos seus associados, oferecendo-lhes formas diversificadas para a aquisição do aprendizado. E, nada mais apropriado para isso do que a educação formal, especializada e explicitamente intencional, o que, em contrapartida, não a isenta do perigo de se tornar uma redoma de artificialismos desligada da experiência vital dos homens e das mulheres. Diante desse problema, Dewey acredita que um dos grandes desafios posto à Filosofia da Educação é o de promover o equilíbrio entre os métodos educativos relativos aos dois mundos, a saber, o formal e intencional, de um lado; não formal e espontâneo, de outro.

Enquanto no mundo da vida os mais jovens aprendem os elementos definidores e substanciais da sociedade a que pertencem pela coparticipação nas atividades aí realizadas, à escola designou-se algumas tarefas essenciais, a saber:

¹ Por que se falar em “democracia” neste caso? Para o autor, há o perigo de as medidas político-econômicas tentarem adaptar os indivíduos a determinadas profissões não escolhidas por eles conforme suas aptidões inatas, promovendo um espírito dependente dos ditames externos. Ainda, assim haverá o favorecimento de uma certa visão de mundo alienada de um verdadeiro espírito social.

[...] simplificar e coordenar os fatores da mentalidade que se pretenda desenvolver; purificar e idealizar os costumes sociais existentes; criar um meio mais vasto e melhor equilibrado do que aquele pelo qual os imaturos, abandonados a si mesmos, seriam provavelmente influenciados (DEWEY, 1952, p. 46).

Com esta citação Dewey explicita a força da educação na formação dos jovens pelas ações educativas de uma instituição, em vista da construção de uma sociedade almejada, como também, indica o caráter de proteção que as escolas apresentam operando no impedimento de que o acaso, o espontâneo, o natural, por si mesmos, sejam definidores do humano. “Toda a educação ministrada por um grupo tende a socializar seus membros, mas a qualidade e o valor da socialização dependem dos hábitos e aspirações do grupo” (DEWEY, 1952, p. 121). Assim, o autor investe na ideia da educação formal como aquela que pode favorecer a realização do ideal democrático.

O ideal democrático – Cabe aqui lembrar uma das teses do autor, também muito conhecida, de que uma sociedade verdadeiramente moderna, consonante com os tempos progressistas, nutre-se da mudança permanente. Ou seja, tal sociedade funda-se no movimento, na perpétua revisão dos seus pressupostos, conceitos e crenças. Vivificada pela ideia de *experimento*, a democracia preconizada por Dewey, portanto, não isenta qualquer uma das instâncias sociais dessa perspectiva. Para ilustrar a fé duradoura no experimento democrático posto em execução na América, Dewey, mais uma vez, recorre a Jefferson que assim se expressou:

Eu não tenho medo, mas o resultado do nosso experimento será de que aos homens possa ser confiado o governo de si mesmos, sem um mestre. Se o contrário disso fosse provado, eu concluiria que Deus² não existe ou que ele é um ser malévolo (JEFFERSON *apud* DEWEY, 1963, p. 164, tradução nossa).

Dewey interpreta essa passagem lembrando que “os tempos modernos” estavam requerendo uma nova postura humana em relação aos insistentes apelos aos princípios religiosos de épocas anteriores, apresentando agora uma fé pautada em ideias intelectualmente bem fundamentadas.

Com efeito, passamos a exibir então, um outro aspecto do conceito democrático deweyano, a saber, o seu conteúdo moral. Afirma ele que não se trata de algo técnico,

² Por Deus podemos também entender Natureza, segundo Dewey.

abstrato, material, econômico ou político - embora possamos encontrar indícios desses traços para análise, a nosso ver. Mas, para ele, “É moral porque é baseado na fé na habilidade da natureza humana de alcançar a liberdade para os indivíduos, acompanhado com o respeito por outras pessoas e com a estabilidade social construída pela coesão ao invés da coerção” (DEWEY, 1963, p. 162, tradução nossa). Isso quer dizer que o poder humano descortinou-se na demonstração de sua força sobre a natureza, o que deve gradativamente reduzir o poder do homem sobre o homem, a ponto de fazê-lo eliminar. O autor, contudo, preocupa-se com o surgimento de outras forças mais sutis de sujeição e domínio de uns sobre outros, e pergunta como devemos nos prevenir desse perigo. Trata-se de uma preocupação ainda muito presente entre nós!

O conteúdo moral da democracia, conforme exposto, parece constituir-se em ideia reguladora da modernização, conforme o entendimento do autor. Pois, se a democracia se sustenta na capacidade humana para o alcance e usufruto da liberdade de todos, todos os avanços atingidos pelas sociedades modernas devem ser regulados por este princípio. A saber, diante dos insuspeitados avanços científicos, mesmo entendendo a ciência e a indústria como fatores indiscutíveis da mudança de mentalidade impingida à humanidade, Dewey admoesta-nos: “A coisa ainda incerta é o que nós iremos fazer com eles?” (DEWEY, 1963, p. 165). E isto é uma questão moral!

Ademais, o argumento de que a sociedade apresenta por si mesma seus mecanismos de coesão, socializando os seus membros, é insuficiente para a garantia de que a formação humana disso resultante seja favorável democraticamente como até aqui foi exposto. Pois, de uma mesma sociedade fazem parte inúmeros grupos que apresentam os mais diversos modos de associação, boas e más. Entretanto, não podemos nos pautar num “ideal” de sociedade como sendo uma unidade homogênea, para elaborarmos o seu perfil distanciado dos fatos. Diante desses dois extremos, Dewey aconselha-nos “[...] extrair os traços desejáveis das formas de vida social existente e empregá-los para criticar os traços indesejáveis e sugerir melhorias” (DEWEY, 1952, p. 120). Assim, um dos traços a ser considerado é a qualidade dos interesses conscientemente compartilhados no grupo, no sentido de observar-se se são ou não numerosos, variados, facilmente comunicáveis e recíprocos no dar e receber. E, em que medida que as relações estabelecidas entre os seus membros são abertas, livres e atentas às demais associações, evitando assim, o isolamento, a subserviência, a unilateralidade, a intolerância, o enviesamento de pontos de vista, causados muitas vezes pelas barreiras de classe, raça e território impeditivas de uma percepção mais significativa das

atividades realizadas. “Para terem numerosos valores comuns todos os membros da sociedade devem dispor de oportunidades iguais para aquele mútuo dar e receber. Deveria existir maior variedade de empreendimentos e experiências de que todos participassem” (DEWEY, 1952, p. 123, grifos nossos). O autor aponta para os malefícios de uma sociedade que não considera esses fatores e se torna uma sociedade elitista e discriminadora:

Não sendo assim, as influências que a alguns educam para senhores, educariam a outros para escravos. E a experiência de cada uma das partes perde em significação quando não existe o livre entrelaçamento das várias atividades da vida. Uma separação entre a classe privilegiada e a classe submetida impede a endosmose social.

Desse estado resulta vários prejuízos – para todos os segmentos da sociedade -, a saber: a cultura dos dominantes se torna estéril; sua arte, uma ostentação artificial; a riqueza torna-se sinônimo de luxo; os conhecimentos, muito especializados; enfim, não apresentam o que é próprio dos hábitos especificamente humanos. Além disso, há um enorme prejuízo intelectual pela carência do livre intercâmbio resultante dos interesses compartidos e pela precária variedade de estímulos, levando desse modo à rotina aos desfavorecidos e promovendo as atitudes caprichosas, sem sentido, aos mais privilegiados socialmente. O autor lembra que a falta de autonomia, o deixar-se pensar por outrem ao invés de se encontrar conscientemente a razão das próprias atividades são manifestações de modos novos de escravidão. É preciso que o trabalhador não se deixe levar simplesmente por uma atividade maquinal, devendo construir uma compreensão global por meio da qual se entenda no mundo.

Com tais noções, Dewey demonstra preocupação com os administradores, industriais e empresários que impedem uma efetiva colaboração espiritual a todos os participantes do mundo do trabalho que comandam, em nome da eficiência da produção, da divisão do trabalho, da organização científica e técnica, dentre outros. Em suma, nesses casos, não há as condições próprias para o desenvolvimento de estímulos intelectuais que permitam a compreensão dos interesses sociais mais amplos; não existe a reciprocidade de interesses, mas um espírito anti-social em desacordo com a ideia de compartilhamento; observa-se uma carência de interação entre grupos, impedindo o alargamento da experiência; resultando disso tudo danosos prejuízos emocionais e intelectuais aos envolvidos. Tais características atingem todo o agrupamento humano que restringe os seus participantes a atividades extremamente focadas, especializadas e

rotineiras, com controle autoritário ou espírito de isolamento. Há nações, famílias e mesmo escolas que apresentam esses traços indesejáveis. “A verdade fundamental é que o isolamento tende a gerar, no interior do grupo, a rigidez e a institucionalização formal da vida, e os ideais estáticos e egoístas” (DEWEY, 1952, p. 125). Evitando o contato com o outro, não permitindo a comunicação e a interação, cada qual se fecha e vira as costas às mudanças possíveis. Como já evidenciado anteriormente, Dewey preconiza a mudança como fator necessário ao desenvolvimento humano e social, uma vez que é preciso a contínua readaptação do homem para ajustar-se às novas situações criadas permanentemente pelos intercâmbios.

Não obstante, a ênfase dada à importância dos interesses compartilhados para o desenvolvimento social e humano, a defesa na liberdade de todos para a sua exposição às mais diversas experiências, dando e recebendo contribuições frente aos mais diversos grupos, caracterizam a democracia, sabemos que é preciso esforços para a sustentação, promoção e conservação desses ideais. A educação escolar apresenta, não exclusivamente, condições para a promoção do ambiente democrático, desde que comungue das qualidades próprias da democracia, assim como foi explicitado.

Apesar de Dewey apresentar entusiasmo pela mudança de mentalidade ocasionada por alguns fatores que surgiram na modernidade, como a ciência, a indústria, os movimentos democráticos, principalmente, o abandono do tradicionalismo e conservadorismo social e cultural foi (e de alguma forma ainda o é) dificultado pelos dualismos que assolaram e vicejaram nas sociedades ocidentais no processo de sua formação. Este tema tem sido bem investigado por aqueles que se ocupam do autor, não sendo no presente estudo, assunto central. Porém, como já indicado trata-se de um tema muito importante desenvolvido por Dewey, sendo impossível, dele não nos dedicarmos de alguma forma. Quando o autor se ocupa em pensar sobre os objetivos educacionais, depara-se com algumas dificuldades causadas pelo problema dos dualismos. Vejamos: busca-se definir por um lado da seguinte questão - se a finalidade da educação é promover no jovem a eficiência para produzir bens ou produtos materiais ou se seria mais exaltante favorecer-lhe o aprimoramento do espírito, isto é, sua íntima interioridade. Diante disso, Dewey adverte:

Estabelecendo-se essa finalidade exterior para a eficiência, fortalece-se, como reação, a falsa concepção de cultura, como uma coisa exclusivamente “interior”. E a ideia de aperfeiçoar a personalidade “interior” é seguro indício de divisões sociais. Aquilo que se chama

interior é simplesmente o que não se relaciona com outras pessoas – o que não é suscetível de livre e plena comunicação [...] Somos como pessoas aquilo que nos mostramos ser quando associados a outras pessoas, numa livre reciprocidade de dar e receber. Isto transcende a esfera da eficiência, que consiste em fornecer produtos aos outros – e a da cultura, que seja um solitário requinte e polimento (DEWEY, 1952, p. 171).

Assim, a promoção da cultura interior e subjetiva recai no exclusivismo, e facilmente na inutilidade. Daí, Dewey apontar para muitos exemplos em que podemos observar brotar antes o desencantamento com tais dualismos, geradores de muitos sacrifícios pessoais desnecessários. Para ele, então, “[...] a tarefa especial da educação nos tempos atuais é lutar em prol de uma finalidade em que a eficiência social e a cultura pessoal sejam coisas idênticas e, não, antagônicas” (DEWEY, 1952, p. 172). Sua preocupação é a já apontada em outros momentos do presente texto, a saber, a expansão da experiência humana compartilhada e coparticipada, tratando-se então, de atividades nucleadas pela participação livre e plena no interesse comum de um grupo. Nesse caso, tanto um dos objetivos apontados como o outro devem concorrer para uma visão social de desenvolvimento pessoal, com isso, configurando-se como marcos fomentadores da democracia.

As ameaças à democracia – Primeiramente, consideremos os perigos postos pelas concepções idealistas ou filosofias educacionais comandadas por ideais estáticos que, podem cair no autoritarismo, no apagamento das diferenças entre os indivíduos concebendo-os segundo um padrão a serviço da organização do todo social, desconsiderando o caráter único de cada um, “[...] a infinita variedade de tendências ativas e de combinações dessas tendências que um indivíduo é capaz de apresentar [...] só a diversidade cria a mutação e o progresso” (DEWEY, 1952, p. 130). Em decorrência disso, desconsidera-se também a pluralidade indefinida das atividades correspondentes à diversidade de indivíduos e grupos que, contrariamente, são limitados por categorias determinantes e generalizantes, frequentemente, hierarquizadoras, tendendo a uma orientação impositiva. Dewey insiste em outra saída: “[...] à proporção que a sociedade se torna democrática, a verdadeira organização social está na utilização daquelas qualidades peculiares e variáveis do indivíduo e não na sua estratificação em classes” (DEWEY, 1952, p. 131).

Se forcarmos o pêndulo para o outro extremo, temos as propostas individualistas que podem tornar-se avessas aos apelos sociais. Rousseau, ao evidenciar a força da natureza em prol da diversidade dos indivíduos e da necessidade de liberdade para o desenvolvimento de todos os talentos em relação aos apelos da organização social, é um dos representantes dessa perspectiva, segundo Dewey. Apesar dos exageros ao defender a felicidade individual pelo afastamento do ambiente social pernicioso, artificial e maléfico, para Dewey, o genebrino usava esses princípios como expediente para a sua defesa do progresso social, uma sociedade livre e abrangente, caindo no “cosmopolitismo”, ressaltando a humanidade ao invés da ingerência esmagadora do estado sobre os indivíduos. Para ele: “A doutrina do individualismo extremo era apenas uma aplicação das ideias da infinita perfectibilidade do homem e de sua organização social tendo como amplo escopo a humanidade. O indivíduo emancipado deveria converter-se em órgão e fator de uma sociedade compreensiva e progressista” (DEWEY, 1952, p. 122-123). Combatendo a coação, as tentativas de dominação da classe dirigente sobre os indivíduos, o império externo da vontade, encontrava na “natureza” o modelo de harmonia entre os seres naturais – o que foi reforçado pelos avanços das ciências naturais – orientando os homens pelos sentimentos e liberdade.

Desconfiados dessas ideias educativas ilusórias, fantasiosas ou mesmo fantásticas demais, um movimento reivindicatório pela força do poder público veio à tona para dar o suporte necessário para que aos indivíduos fosse oferecido minimamente o que necessitassem para o seu desenvolvimento. Isso desencadeou pelo mundo uma fervorosa defesa pela escola pública. Uma campanha nacionalista encarregou-se de defender com grande empenho a responsabilidade do estado pela educação, isto é, por um tipo de educação, marcadamente cívica, para a reverência do estado nacional. Junto aos ideais do civismo, patriotismo, militarismo ascendeu-se para a defesa na “eficiência social” de cuja realização dependia os avanços na indústria, na política, no comércio, etc., ou seja, na organização geral da sociedade diante da concorrência internacional. Substituiu-se assim o ideal de desenvolvimento pessoal em si mesmo pela ideia de “soberania nacional”, requerendo que o indivíduo estivesse subordinado aos interesses da nação. Uma variação desta mesma racionalidade, podemos lembrar aqueles que, pelo viés da “cultura”, defendiam que o indivíduo ganha em autonomia e razão quando subordinado às instituições existentes, mostrando-se, então, parte de um todo maior que lhe dá significado.

Diante dessas oscilações sobre o ideal de uma sociedade, soberbamente incorporado pela educação, vale observar, segundo Dewey, a natureza da vida social em que as instituições educativas se acomodam. Se o ideal da educação se atém à realização do indivíduo ou da sociedade, por exemplo, só tem significado se considerarmos a “situação real” em que as efetivas atividades educativas são implementadas. Pois, “[...] o indivíduo vive [em um] mundo [...] que é formado pela herança cultural das gerações passadas, pelos elementos físicos e espirituais do presente e pelas relações que os homens estabelecem entre si, bem como pela experiência de cada indivíduo nesse mesmo mundo” (CUNHA, 2001, p. 44). São nessas relações reais mutantes que encontramos os problemas que ora relatamos e as soluções possíveis que vamos construindo nesse movimento.

As ações educativas se veem, mesmo que implicitamente, à mercê dos interesses sociais, políticos, de grupos dominantes de uma determinada organização, etc., os quais as orientam para as mais desejáveis e tangíveis finalidades.

Cada geração propende a educar os jovens para agir no seu tempo, em vez de atender à finalidade mais própria da educação, que é conseguir a melhor realização possível da humanidade como humanidade. Os pais educam os filhos simplesmente para que estes possam prosperar em suas carreiras, e os soberanos educam os vassallos para instrumentos de seus próprios fins (DEWEY, 1952, p. 137).

Trata-se verdadeiramente de um impasse, pois, como realizar o ideal egrégio do constante aperfeiçoamento humano pelas instituições educativas? Como salvaguardar o homem dos seus próprios interesses egoístas, pouco lapidados, de um lado, mas, também, como não deixá-lo ser completamente conduzido por interesses externos? Como os indivíduos supostamente bem formados corrigiriam as orientações de um sistema público de educação, garantindo os mais caros ideais da humanidade a todos, ao mesmo tempo, estando a serviço do estado ou da sociedade maior? Como conciliar a ideia de realização livre e pessoal com o desenvolvimento social? A função do estado seria educativa? Mas, como fazer isto sem tornar-se autocrático, evitando as políticas autoritárias? Como evitar traduzir o “social” pelo “nacional” caindo em movimentos nacionalistas exclusivistas? Afinal, como podemos avaliar uma proposta ideal ou um fundamento, como algo benéfico ou não?

A resposta de Dewey é que, isso só é possível por nossa apreensão das consequências geradas pelo fator escolhido, as quais, por sua vez, estão enraizadas nas reais condições em que as interações entre os elementos presentes no mundo se dão.

Observamos que as propostas até aqui assinaladas buscaram solucionar os conflitos que encontraram em sua situação concreta. “[...] a concepção da educação como um processo e uma função social não tem significação definida enquanto não definimos a espécie de sociedade que temos em mente” (DEWEY, 1952, p. 139). E isto se faz nas efetivas relações estabelecidas no intercâmbio humano de um dado momento.

Nada é mais imperativo que o fortalecimento das instituições escolares no momento presente, pois, facilmente, observamos “no intercâmbio humano de ‘nosso’ momento” tais contradições arrolarem problemas que, no limite, estão levando os povos a uma maior e mais acirrada competição, à guerra e a infortúnios humanos estarrecedores – como é o caso das imigrações e busca por refúgio, as guerras – exigindo melhores condições para a vida comum.

Vimos, com Dewey, que a escola ganha importância e relevo gradual pelo espaço especializado constituído, no qual as gerações são atentamente formadas. Diante da complexidade conferida às sociedades, os espaços educativos não formais perderam força para dar conta desta tão egrégia tarefa. Mas, se pública, como garantir que a força do estado não restrinja o que há de mais fundamental para a realização humana, a saber, a “finalidade social da educação”, segundo a qual os laços entre os povos são concretizados pelos interesses comuns na busca pela ampliação e cada vez maior enriquecimento das experiências de todos os envolvidos. Um dos problemas apontados pelo autor em relação à educação democrática numa sociedade de igual qualidade “[...] é estabelecido pelo conflito de um objetivo nacionalista com o mais lato objetivo social” (DEWEY, 1952, p. 130).

Ademais, o nosso tempo nos mostra algumas características que foram se somando e que por isso merece análise cuidadosa no que diz respeito aos intercâmbios humanos realizados e mantidos, exigindo o fortalecimento dos ideais democráticos da educação. É o que trataremos na sequência.

Palavras finais – Encaminhamo-nos para o final do texto nos perguntando: Qual a pertinência das ideias deweyanas diante dos problemas atuais?

Tentando ser precisa, tentarei focalizar num ponto bem marcado no pensamento de Dewey, a meu ver, muito pertinente para as questões da atualidade, a saber, suas

preocupações com respeito à expansão crescente das fronteiras dos grupos humanos. Como vimos, para ele, ampliar as experiências individuais, dar e receber contribuições entre grupos, enriquecer-se individual e socialmente focando nos interesses comuns, tudo isso faz parte do ideal democrático. Contudo, essa situação não está isenta de grandes e significativas dificuldades, requerendo uma educação democrática que contribua fortemente para o aperfeiçoamento dessa ampliação. Dewey já observou problemas decorrentes da falta de controle e de preparo para esse estado mais ampliado de interrelações e anteviu problemas que ora enfrentamos com o estabelecimento da globalização.

Falando do seu tempo, ele assim se expressa:

Por um lado, a ciência, o comércio e a arte transpõem as fronteiras nacionais. São grandemente internacionais em qualidade e métodos. Subentendem interdependência e cooperação entre os povos que habitam vários países. Mas, ao mesmo tempo, nunca a ideia da soberania nacional se acentuou tanto na política como presentemente. Cada nação vive em estado de hostilidade recalcada e de guerra incipiente com as nações vizinhas. Cada qual supõe ser o árbitro supremo de seus próprios interesses, e admite-se a presunção de que cada uma tenha interesses exclusivamente seus. Por isto em dúvida, equivale a por em dúvida a própria ideia de soberania nacional que se admite ser ponto básico da prática e da ciência políticas (DEWEY, 1952, p. 139-140).

Dewey percebeu no seu tempo uma tensão desses fatores, cuja ebulição e consequências sentimos agora todos nós em nosso próprio tempo globalizado³! Por um lado, temos a expansão do conhecimento, da tecnologia, da produção, do comércio, para além das fronteiras das nações modernas, por outro, temos o recuo de algumas políticas em nome da “soberania nacional”, do lucro, da defesa dos povos em prejuízo pela concorrência frequentemente desleal e desigual e pela explícita exploração de uns sobre outros. A questão moral que envolve o poder refere-se à expansão indevida que o homem fez do seu domínio na natureza ao âmbito propriamente humano. Como tornar a educação um instrumento de colaboração, formação, diante desse problema? Para Dewey:

Não basta fazer-se que a educação não seja usada ativamente como instrumento para facilitar a exploração de uma classe por outra. Devem

³ Ver sobre o fenômeno da crescente interdependência, característica do mundo “moderno”, em DEWEY, 1963, p.165-166.

assegurar-se as facilidades escolares com tal amplitude e eficácia que, de fato, e não em nome somente, se diminuam os efeitos das desigualdades econômicas e se outorgue a todos os cidadãos a igualdade de preparo para suas futuras carreiras. A realização deste objetivo exige não só que a administração pública proporcione facilidades para o estudo e complete os recursos da família, para que os jovens se habilitem a auferir proveito dessas facilidades, como também uma tal modificação das ideias tradicionais de cultura, matérias tradicionais de estudos e métodos tradicionais de ensino e disciplina, que se possam manter todos os jovens sob a influência educativa até estarem bem aparelhados para iniciar as suas próprias carreiras econômicas e sociais. (DEWEY, 1952, p. 140, grifos nossos).

Todos sabemos de uma certa aproximação que tivemos no Brasil em relação a essas ideias e o crescente distanciamento para a sua realização nesses últimos anos!

Apesar dos ideais democráticos serem postos na berlinda das sociedades pós-industrializadas, Dewey se mostrou preocupado com a ganância econômica, com a adoção do luxo e enriquecimento material como meta de vida, fazendo o jovem se perder nas escolhas de sua profissão e carreira a seguir. “Um critério democrático exige que desenvolvamos nossas capacidades até nos tornarmos competentes para escolher e seguir a nossa carreira” (DEWEY, 1952, p. 167), sem que nos pautemos simplesmente na fortuna prometida por algumas atividades, violando-se as tendências próprias e inatas dos indivíduos.

Um outro problema pertinente apontado diz respeito à dificuldade de as políticas públicas, principalmente, considerarem os contatos diretos estabelecidos pelos povos nas pequenas comunidades, havendo em alguns casos até o impedimento para que isso aconteça. Frente a isso, seriam necessárias algumas medidas sugeridas como: estimular a participação das pessoas em suas comunidades imediatas, estabelecer agências locais de comunicação e cooperação, combater forças destrutivas da cultura local e favorecer ao mesmo tempo o entendimento cultural mais ampliado, dentre outras.

Pelo o que até aqui foi exposto e discutido, vale apresentar, mesmo que brevemente, o desconforto de Dewey em lidar com o que ele chama do “velho liberalismo” do qual emergiram outros tentáculos como o nosso conhecido “neoliberalismo”, o estabelecimento do “mercado” como central nas decisões políticas, o entendimento de “democracia” como coirmã e sentinela do capitalismo⁴. Essa tradição

⁴ Essa discussão das relações entre democracia-liberalismo-capitalismo é muito complexa, pois envolve conceitos não facilmente compreendidos à primeira vista. Além das sugestões de leitura contidas na bibliografia referenciada neste trabalho, temos ainda o livro de Norberto Bobbio *Liberalismo e democracia* (1990) como ótima indicação.

entendeu, por exemplo, o princípio da “liberdade” tão-somente pela perspectiva econômica, e o “individualismo” por uma visão mais psicológica ou como uma instância muito próxima à noção de “natureza humana” apartada das efetivas relações e condições sociais que a constituem, desconsiderando as efetivas e determinantes ações dos homens e mulheres no mundo real para a sua “construção”. Podemos ver pelo exposto até aqui que tais noções não comungam dos princípios deweyanos. Mas, o que então Dewey efetivamente defende?

Do decorrer do presente texto, usamos amplamente a expressão “ideal democrático” não nos descuidando que, para Dewey, a democracia é um projeto, ou melhor, uma experiência que se nos empenharmos grandemente – e por isso recorreremos à educação escolar, como o autor o fez – pode ser impulsionada e assim, oferecer melhores condições para que a humanidade progrida devidamente. E este “devidamente” alude à perspectiva moral sem a qual, para o autor, o conceito é totalmente esvaziado do sentido social indispensável para a sua compreensão. Nada de, em nome da democracia, defendermos uma “natureza humana meritória”; nada de estabelecermos maiores condições materiais para o gozo ou fantasia; nada de “convivermos harmoniosamente”, simplesmente pelo medo das ações vindas de algo superior que nos vá punir em caso de desobediência ou algo do gênero. O que precisamos é de testarmos as nossas ideias, num processo contínuo e ativo de investigação livre e inteligente, com o objetivo de construirmos um ambiente melhor de convivência e interação entre todos.

Referências

- BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CUNHA, M. V. da. *John Dewey – a utopia democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- DEWEY, J. *Democracia e educação*. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- _____. *Freedom and culture*. New York: Capricorn Books, 1963.
- TEIXEIRA, A. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.